

HISTÓRIA



HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA II

CARLA MARIA JUNHO ANASTASIA
LAURINDO MEKIE PEREIRA

Carla Maria Junho Anastasia
Laurindo Mekie Pereira

História do Brasil República II



Montes Claros/MG - 2012

REITOR

João dos Reis Canela

VICE-REITORA

Maria Ivete Soares de Almeida

DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Huagner Cardoso da Silva

EDITORA UNIMONTES

Conselho Editorial

Prof. Silvío Guimarães – Medicina. Unimontes.

Prof. Hercílio Mertelli – Odontologia. Unimontes.

Prof. Humberto Guido – Filosofia. UFU.

Profª Maria Geralda Almeida. UFG

Prof. Luis Jobim – UERJ.

Prof. Manuel Sarmento – Minho – Portugal.

Prof. Fernando Verdú Pascoal. Valencia – Espanha.

Prof. Antônio Alvimar Souza - Unimontes

Prof. Fernando Lolas Stepke. – Univ. Chile.

Prof. José Geraldo de Freitas Drumond – Unimontes.

Profª Rita de Cássia Silva Dionísio. Letras – Unimontes.

Profª Maisa Tavares de Souza Leite. Enfermagem – Unimontes.

Profª Siomara A. Silva – Educação Física. UFOP.

REVISÃO LINGÜÍSTICA

Ângela Heloiza Buxton

Arlene Ribeiro Nepomuceno

Aurinete Barbosa Tiago

Carla Roselma Athayde Moraes

Luci Kikuchi Veloso

Maria Cristina Ruas de Abreu Maia

Maria Lêda Clementino Marques

Ubiratan da Silva Meireles

REVISÃO TÉCNICA

Admilson Eustáquio Prates

Cláudia de Jesus Maia

Josiane Santos Brant

Karen Tôrres Corrêa Lafetá de Almeida

Káthia Silva Gomes

Marcos Henrique de Oliveira

DESIGN EDITORIAL E CONTROLE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Andréia Santos Dias

Camilla Maria Silva Rodrigues

Clésio Robert Almeida Caldeira

Fernando Guilherme Veloso Queiroz

Francielly Sousa e Silva

Hugo Daniel Duarte Silva

Marcos Aurélio de Almeida e Maia

Patrícia Fernanda Heliodoro dos Santos

Sanzio Mendonça Henriques

Tatiane Fernandes Pinheiro

Tátylla Ap. Pimenta Faria

Vinícius Antônio Alencar Batista

Wendell Brito Mineiro

Zilmar Santos Cardoso

CATALOGADO PELA DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES (DDI) - UNIMONTES
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F676h Fonseca, Gildette Soares.
História do Brasil república II / Gildette Soares Fonseca, Carla Maria Junho Anastasia, Laurindo Mekie Pereira. – Montes Claros: Unimontes, 2012.
83 p. : il. (algumas color.) ; 21 x 30 cm.

Caderno didático do Curso de Licenciatura em História da Universidade Aberta do Brasil - UAB/Unimontes.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7739-175-2

1. Ensino superior. 2. História. 3. Brasil - História. 4. Brasil – Política e governo. I. Anastasia, Carla Maria Junho. II. Pereira, Laurindo Mekie. III. Universidade Aberta do Brasil - UAB. IV. Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. V. Título.

CDD 378.007

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

s/n - Vila Mauricéia - Montes Claros (MG)

Caixa Postal: 126 - CEP: 39.401-089 - Telefone: (38) 3229-8214

www.unimontes.br / editora@unimontes.br



Ministro da Educação
Fernando Haddad

Presidente Geral da CAPES
Jorge Almeida Guimarães

Diretor de Educação a Distância da CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

Governador do Estado de Minas Gerais
Antônio Augusto Junho Anastasia

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais
Alberto Pinto Coelho Júnior

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Nárcio Rodrigues

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
João dos Reis Canela

Vice-Reitora da Unimontes
Maria Ivete Soares de Almeida

Pró-Reitora de Ensino
Anete Marília Pereira

Diretor do Centro de Educação a Distância
Jânio Marques Dias

Coordenadora da UAB/Unimontes
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo

Coordenadora Adjunta da UAB/Unimontes
Betânia Maria Araújo Passos

Diretor do Centro de Ciências Humanas - CCH
Antônio Wagner Veloso Rocha

Diretora do Centro de Ciências Biológicas da Saúde - CCBS
Maria das Mercês Borem Correa Machado

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Paulo Cesar Mendes Barbosa

Chefe do Departamento de Artes
Maristela Cardoso Freitas

Chefe do Departamento de Ciências Biológicas
Guilherme Victor Nippes Pereira

Chefe do Departamento de Ciências Sociais
Maria da Luz Alves Ferreira

Chefe do Departamento de Geociências
Guilherme Augusto Guimarães Oliveira

Chefe do Departamento de História
Donizette Lima do Nascimento

Chefe do Departamento de Comunicação e Letras
Ana Cristina Santos Peixoto

Chefe do Departamento de Educação
Andréa Lafetá de Melo Franco

Coordenadora do Curso a Distância de Artes Visuais
Maria Elvira Curty Romero Christoff

Coordenador do Curso a Distância de Ciências Biológicas
Afrânio Farias de Melo Junior

Coordenadora do Curso a Distância de Ciências Sociais
Cláudia Regina Santos de Almeida

Coordenadora do Curso a Distância de Geografia
Janete Aparecida Gomes Zuba

Coordenadora do Curso a Distância de História
Jonice dos Reis Procópio

Coordenadora do Curso a Distância de Letras/Espanhol
Orlanda Miranda Santos

Coordenadora do Curso a Distância de Letras/Inglês
Hejaine de Oliveira Fonseca

Coordenadora do Curso a Distância de Letras/Português
Ana Cristina Santos Peixoto

Coordenadora do Curso a Distância de Pedagogia
Maria Narduce da Silva

Autores

Carla Maria Junho Anastasia

Professora aposentada da UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes. Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Laurindo Mékie Pereira

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes. Doutor em História pela USP.

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

Unidade 1

O movimento de 1930: interpretações

1.1 Introdução	11
1.2 A revolução da burguesia industrial	11
1.3 A revolução das classes médias.....	13
1.4 A tese de Bóris Fausto	14
1.5 Os estudos pós-Bóris Fausto	17
Referências.....	17

Unidade 2

Populismo ou Trabalhismo?

2.1 Introdução	19
2.2 Visão geral da Era Vargas.....	19
2.3 O debate historiográfico.....	21
Referências.....	24

Unidade 3

O desenvolvimentismo

3.1 Introdução	27
3.2 As fontes teóricas.....	27
3.3 A experimentação: o governo JK	28
3.4 Um legado controvertido.....	31
Referências.....	32

Unidade 4

O governo Goulart e o golpe de 1964

4.1 Introdução	35
4.2 Uma conjuntura crítica	35
4.3 Fases.....	36
4.4 O Golpe	39
Referências.....	42

Unidade 5

1964-1968: Da Crise de 1964 à rotinização do Autoritarismo

5.1 A construção do Autoritarismo	45
5.2 A rotinização do Autoritarismo	46
5.3 Um estado de guerra	47
5.4 O governo Médici	50
Referências	54

Unidade 6

A liberalização política

6.1 O governo Geisel: o início do processo de distensão	55
6.2 O governo Figueiredo	57
6.3 O novo Sindicalismo	59
6.4 As Diretas Já	60
6.5 O Colégio Eleitoral	60
Referências	61

Unidade 7

A Nova República

7.1 A inauguração da nova República	64
7.2 O governo Sarney e a Constituição de 1988	65
7.3 A campanha presidencial de 1989	67
7.4 O governo Collor	68
7.5 O <i>Impeachment</i>	69
Referências	70

Unidade 8

O Brasil democrático: de Itamar a Lula

8.1 De Itamar a FHC	72
8.2 O governo FHC	72
8.3 O governo Lula	75
Referências	76

Resumo	77
--------------	----

Referências básicas, complementares e suplementares	79
---	----

Atividades de Aprendizagem	83
----------------------------------	----

Apresentação

Caro(a) acadêmico(a), bem-vindo(a) à História do Brasil contemporâneo. Muitos dos temas que vamos estudar aqui são por demais presentes em nosso dia a dia, fazem parte do noticiário da TV e são discutidos nas campanhas eleitorais, a exemplo dos direitos sociais dos trabalhadores, a aposentadoria de pessoas que foram torturadas pela ditadura, os rumos da industrialização do país, a abertura da economia ao capital externo e o debate sobre a privatização das empresas estatais. Os personagens históricos que vão aparecer aqui é uma mistura de nomes que nos parecem próximos como Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, João Goulart e outros que efetivamente são nossos contemporâneos como Leonel Brizola, Oscar Niemayer, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

Historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas e filósofos escreveram e escrevem com frequência sobre essa etapa da história do Brasil. Assim, é impossível construir um caderno ou mesmo um volumoso livro que relate toda a história do Brasil desde os anos 1930.

Assim, temos que fazer recortes e escolhas. Não vamos, por exemplo, estudar detalhadamente em sequência cada governo. Isso seria impraticável e também enfadonho. Optamos por um caminho distinto. Vamos estudar grandes temas, a exemplo da revolução de 1930, o populismo-trabalhismo, o desenvolvimentismo, a construção e rotinização do autoritarismo, o processo de liberalização política e a consolidação democrática no Brasil. Contudo, no Brasil pós-1964, as políticas foram muito pontuais, sendo necessário trabalhar com os governos mais detalhadamente, ao contrário da primeira parte desse caderno didático. Além de temática, nossa abordagem pretende, também, privilegiar o debate historiográfico, com o intuito de oferecer a você um painel geral dos estudos sobre o Brasil contemporâneo. Novamente, faz-se necessário uma ressalva: a historiografia da história recente do Brasil é muito pobre. As análises são feitas em geral por analistas políticos com métodos que fogem aos pressupostos da nossa disciplina. Mais uma razão para tratar mais cuidadosamente o conteúdo.

Este caderno didático contém oito unidades, quatro delas tratando do período pré-1964 e 4 do período pós- 1964. Pelos motivos já apresentados, os dois períodos não são analisados com a mesma metodologia, o que, de forma alguma, não compromete o caderno. Pelo contrário, enriquece-o, na medida em que apresenta formas distintas de se analisar conjunturas históricas.

Os autores.

UNIDADE 1

O movimento de 1930: interpretações

Laurindo Mékie Pereira

1.1 Introdução

O ponto de partida para a compreensão da história do Brasil após 1930 é o estudo do movimento que colocou fim à Primeira República. Ainda que não deva ser tratado como uma ruptura e muito menos como um recomeço da história, como quis difundir o Estado Novo, o movimento de 1930 é por demais significativo na fase contemporânea da história do país e requer um estudo cuidadoso.

Mais do que uma descrição minuciosa dos fatos relacionados às eleições presidenciais, os desentendimentos entre Minas Gerais e São Paulo, as intrigas políticas características do período, o (a) acadêmico(a) é convidado, nessa parte, a uma reflexão teórica. Assim, optamos por uma abordagem historiográfica do tema, disponibilizando a você acadêmico(a) um conjunto de abordagens sobre o que ocorreu em 1930.

Em virtude da generalizada referência a 1930 como “revolução”, vamos usar essa expressão atentando para os problemas que ela coloca, sua aplicabilidade e seus limites.

É possível que tenha sido no âmbito político-institucional que a revolução de 1930 foi mais significativa, particularmente na natureza e nas ações do Estado. Em grande medida, os desdobramentos políticos das décadas subsequentes a esse episódio ligam-se ao novo papel que o Estado brasileiro passou a desempenhar desde então.

Há diversas interpretações historiográficas para o movimento de 1930. Sintetizando, pode-se dizer que há quatro grandes conjuntos de estudos: 1) a visão segundo a qual ocorreu em 1930 uma revolução liderada pela burguesia industrial contra uma elite latifundiária; 2) a tese de esta ter sido uma revolução “das classes médias urbanas”; 3) a posição crítica das duas primeiras e que tem no historiador Boris Fausto (1986) sua principal referência; 4) os estudos pós-Boris Fausto, sendo alguns críticos diretos da sua abordagem, e outros que deslocam completamente a problemática, negando ao movimento de 1930 toda a relevância que o próprio debate entre pesquisadores lhe tem conferido.

Certamente é de Boris Fausto o estudo de maior fôlego sobre o tema. Assim, vamos às três primeiras vertentes a partir da sua obra. As ideias que se seguem são precisamente do clássico *A Revolução de 1930: história e historiografia*. Quando quisermos destacar um outro autor, faremos expressamente de modo a favorecer a sua compreensão.

Após o percurso pela obra de Fausto (1986), trataremos do quarto grupo de estudos apontando as leituras mais recentes que denominamos “pós-Boris Fausto”.

1.2 A revolução da burguesia industrial

A primeira proposta interpretativa vê a história do Brasil sob o prisma de um confronto inter-imperialista: os Estados Unidos da América aliados a uma burguesia industrial em contraposição ao imperialismo britânico, velho aliado da elite rural latifundiária. Essa vertente está estreitamente ligada a uma concepção dualista do país formulada por grande parte da esquerda brasileira, profundamente influenciada pela ideias da III Internacional Socialista e pelas cartilhas stalinistas.

O Brasil seria, nessa visão, marcado pelo confronto de um setor rural, semifeudal, arcaico, que obstrui o desenvolvimento esboçado por um setor urbano industrial, moderno e mais racionalizado. Dessa forma, a revolução de 1930 seria o desfecho de um progressivo desenvolvimento do segundo setor que, não comportando mais as formas de hegemonia exercidas pelo primeiro, rompeu com ele e, apoiada pelos segmentos médios, logrou alcançar o comando do Estado.

Como salienta Fausto, uma análise mais detida da Primeira República desautoriza a tese do conflito latifúndio *versus* burguesia. Em primeiro lugar, a indústria não era tão expressiva para desafiar a hegemonia rural-cafeeira. Conforme o autor, a partir da análise de estatísticas do IBGE, constata-se o predomínio das pequenas unidades industriais, grande parte semidomésticas e de capital ainda modesto. Embora não negue a existência de algumas grandes unidades e da sua capacidade de se expressar politicamente, Fausto postula a ideia de que esses setores não tinham condições de oferecer “qualquer programa industrialista, como alternativa a um sistema cujo eixo é constituído pelos interesses cafeeiros” (FAUSTO, 1986, p. 23). Mesmo porque, e aqui tocamos noutro ponto fundamental, havia estreitas ligações entre o setor cafeeiro e os segmentos industriais. Não se tratava de oposição, mas de convergência; o segundo nascera do primeiro:

Não obstante a existência de atritos, há entretanto uma complementaridade básica nos núcleos dominantes do país – São Paulo e Distrito Federal, em particular – entre os setores agrários e industriais, sob hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da fração industrial, que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência (FAUSTO, 1986, p. 46).

Por fim, a análise da campanha política e da revolução de 1930 revela uma burguesia industrial ao lado do candidato “do café”, Júlio Prestes, e uma tímida abordagem da questão da indústria no programa da Aliança Liberal de Getúlio Vargas, descaracterizando, pois, a tese da revolução da burguesia industrial.

Entre os defensores dessa primeira vertente, destaca-se, segundo Fausto, Nelson Werneck Sodré. A vitalidade acadêmica dessa tese foi profundamente abalada pelos estudos de autores como Caio Prado Júnior (1966) que rechaçaram a ideia de um semifeudalismo brasileiro. O dualismo foi também superado, sendo obra de destaque a *Crítica da Razão Dualista*, de Francisco de Oliveira (1981).

A interpretação de 1930 pelo prisma dualista é também criticada por Cláudia Maria Viscardi:

[...] tendemos a discordar das análises que enfocam a Revolução de 30 como um divisor de águas entre dois países: um anterior, de caráter agrário, oligárquico, descentralizado e liberal; e outro posterior, de caráter urbano, burguês, centralizado e estatista (VISCARDI, 2001, p. 359).

Já Edgar de Decca é mais cauteloso. Ele salienta que os interesses industriais tiveram um relevante papel no processo político nacional nos anos 1928-1930. Para o autor, embora não se colocassem como inimigos da agricultura, os grupos industriais, organizados pelo Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP –, sob a liderança de Roberto Simonsen, formularam um discurso enérgico em favor da industrialização e, pois, exerceram considerável influência no processo político daqueles anos (DE DECCA, 1994).



Figura 1: Getúlio Vargas e lideranças civis e militares

Fonte: Disponível em:
<http://www.google.com.br/search?q=foto+da+revolucao+de+1930>
 Acesso: 26 jul. 2011

1.3 A revolução das classes médias

Quanto à segunda interpretação, segundo Boris Fausto, a primeira obra a postular a revolução de 1930 como ascensão das classes médias ao poder foi *O Sentido do Tenentismo*, de Virgílio Santa Rosa (1933). Este definia a República Velha como o choque entre a burguesia nacional e a pequena-burguesia. Esta seria constituída por funcionários públicos, comerciantes, o proletariado urbano e rural – era a classe média. Essa disporia de insuficiente consciência política e só se expressaria de forma efetiva através do Tenentismo. Aqui reside umas das linhas mestras dessa vertente: o tenentismo como expressão política das classes médias, tese também defendida por autores como Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, José Nun (sociólogo argentino) e Luiz Carlos Bresser Pereira (1968). Este é enfático ao defender a revolução de 1930 como vitória das classes médias:

O significado fundamental da Revolução de 1930, que lhe confere uma importância extraordinária no quadro da história econômica, política e social brasileira, é o de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil. Como a Proclamação da República de 1889, a Revolução de 30 foi antes de mais nada uma revolução da classe média, mas, ao contrário da primeira revolução, a de 30 foi uma revolução vitoriosa no tempo (BRESEER PEREIRA, 1968, p. 30.)

Boris Fausto contrapõe as noções de revolução das classes médias e a vinculação automática destas ao tenentismo. Para o autor, as classes médias (que ele chama também de pequena burguesia) seria um segmento urbano civil que "[...] trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não-manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais" (FAUSTO, 1986, p. 54).

Ora, analisando dados do censo de 1920, verifica-se uma tímida presença de pessoas envolvidas nas profissões que caracterizariam a classe média urbana, raciocínio que se conjuga com a tese já apresentada por Fausto quanto à incipiência da indústria.

As relações destes setores médios com o tenentismo é uma questão mais complexa. Mesmo autores que não veem a revolução de 1930 como “das classes médias” como Francisco Weffort (1989), identificam o tenentismo às classes médias. Mas, em que medida esse raciocínio é válido?

A “ideologia” do tenentismo nunca ultrapassou os limites jurídico-políticos. Segundo Fausto (1986), os tenentes acreditavam e pregavam um governo autoritário e em um Estado centralizador, eram reformistas, viam-se como “salvadores da nação”, tinham o povo como incapaz. Assim, as marchas da Coluna Prestes pelo Brasil não visavam a mobilizar a população, mas sim fazer um protesto público contra o domínio oligárquico. Os tenentes eram também “elitistas” e vagamente nacionalistas. Ideias como a restrição do voto aos setores populares e menos instruídos e críticas aos políticos civis exemplificam bem alguns dos princípios tenentistas.

E o que pensavam as classes médias? Em linhas gerais, comportava-se de forma hesitante. Mesmo assim, pode-se dizer que defendiam reformas jurídico-políticas como o voto secreto, eram partidárias de um ligeiro nacionalismo; defendiam a democracia liberal. Vê-se que, apesar de ser possível algumas “pontes” entre o pensamento tenentista e o ideário pequeno-burguês, há muita diferença. A defesa da democracia liberal, por exemplo, bate de frente com a proposta “salvacionista” militar dos tenentes, o sufrágio universal, postulado liberal-burguês, choca-se com a restrição do voto e a “incapacidade do povo”. Ora, em tese, a defesa da democracia liberal colocava as classes médias muito mais próximas das elites agrárias do que em relação aos tenentes; ou a outra forma de Estado centralizador (FAUSTO, 1986).

Para corroborar a tese do distanciamento entre classes médias e tenentes, Fausto (1986) analisa a comportamento destes no governo pós-1930. No poder, os tenentes representariam as classes médias? Fariam o que elas lhes eram impossível “pessoalmente”? Seriam as classes médias a sustentação política dos tenentes? A ação dos tenentes, principalmente como interventores, marcava-se pelo caráter disforme, desarticulado, não havia um programa de ação tenentista. Faziam a vontade de Vargas.

Progressivamente, o poder dos tenentes foi corroído pela ação das oligarquias regionais e pela pressão do comando do Exército que via no tenentismo um movimento rebelde, que ameaçava a hierarquia militar. O tenentismo também era acusado de comunista pelos seus detratores.

Entre os setores que repudiaram as duas coisas – o tenentismo em si mesmo e o comunismo –, estavam expressivos setores da classe média.

Sem identidade e sem apoio, o movimento definhou. A classe média, por sua vez, fragmentava-se, em boa medida, em movimentos ideológicos opostos: na Ação Integralista Brasileira e na Aliança Nacional Libertadora. A divisão dos segmentos da classe média nestas facções também reforça sua falta de identidade/coesão política. Assim: "As evidências vão no sentido de que o tenentismo não foi um movimento organizador das classes médias, nem o seu representante peculiar, nas condições específicas de desorganização destas classes." (FAUSTO, 1986, p. 75).

Em 1932 o movimento tenentista atingiu o ápice no que diz respeito às formulações ideológicas. Segundo Fausto (1986), através do Clube 3 de Outubro, os tenentes defenderam um conjunto de ideias que, de fato, poderia ser apresentado como pequeno-burguesa. Diferentemente dos anos anteriores, nesta ocasião pregavam explicitamente o nacionalismo – desapropriação e nacionalização de minas, revisão de contratos públicos –, concessão de direitos trabalhistas, críticas ao latifúndio e a criação de um quadro estável de funcionários públicos. Em tese, tratava-se de um programa nacional-burguês que teria grande prestígio nos anos 1930.

No plano teórico, pode-se dizer que eram possíveis algumas aproximações entre o ideário tenentista e a ideologia de classe média. Todavia, em termos sócio-históricos, as classes médias do Brasil naquele momento histórico, como se procurou mostrar, não se identificavam com o tenentismo nem se sentiam representados por ele.

Parte dos setores médios votaram em Getúlio Vargas e apoiaram o movimento de 1930. Qual foi, então, o significado deste apoio? Por que se afirmou neste texto que a revolução de 1930 não foi um movimento feito pelas classes médias e que elas também não foram seus maiores beneficiários imediatos?

A resposta é que os setores médios não se configuraram como uma classe autônoma na Primeira República. Conforme Weffort (1989), a pequena burguesia brasileira, ao contrário da norte-americana, não se sustentava pela pequena propriedade, mas por setores subordinados (administração e serviços) dentro de uma estrutura marcada pela grande propriedade.

Além disso, acrescenta Fausto, o universo ideológico brasileiro daquele período não contribuiu para a expressão política dos setores médios: de um lado, um operariado com fortes tintas anarquistas, que tornava inviável uma aliança classe média/operariado; de outro, intelectuais de direita como Oliveira Viana que não acreditavam na realização plena da democracia liberal. Nessas circunstâncias, restou à classe média um comportamento reformista, renovador do ponto de vista jurídico-político, uma "[...] tentativa de superar a contradição entre os princípios liberais e prática política" (FAUSTO, 1986, p. 83), materializada na defesa de princípios como a independência da magistratura, o voto secreto e a representação das minorias. Em outras palavras: mudanças que não alteravam o *status quo* e, por isso, podia ser realizável mesmo sob a hegemonia das elites ou aproveitar-se dos momentos de cisão delas:

A pequena burguesia brasileira da década de vinte é uma força subordinada. Seu inconformismo para com a prática oligárquica se adapta às cisões da classe dominante [...], funcionando como "base de massa" de tais cisões. Isto é tanto simples quanto se trata de contar com a mobilização de uma categoria social cuja contestação não vai além das fronteiras que o sistema legitima. Ao longo da Primeira República, a reforma política é o ponto de encontro ideológico entre e as oposições e as classes médias (FAUSTO, 1986, p. 84).

1.4 A tese de Bóris Fausto

A argumentação que refuta as duas primeiras vertentes constitui a base da terceira interpretação, aquela representada por Boris Fausto. Na perspectiva desse autor, além do que já foi dito, pode-se afirmar que a revolução de 1930 foi resultante da confluência de diversos fatores como o próprio surgimento de setores urbanos, a crise da economia cafeeira – acentuada pela crise capitalista de 1929 e, principalmente, pela necessidade de reajustamento da estrutura econômica do país e cisões interoligárquicas. Um movimento complexo e de desdobramentos também complexos não explicáveis por nenhum dualismo simplista ou pela emergência de uma classe média revolucionária.

DICAS

A respeito do apoio das classes médias a Getúlio Vargas sem que esse apoio significasse ascensão delas ao poder, conferir também o trabalho de VISCARDI, Cláudia Maria. O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Neste processo revolucionário qual teria sido o papel de Minas Gerais e São Paulo, palco das duas maiores oligarquias então existentes?

Para caracterizar a revolução de 1930, assinala Boris Fausto, deve-se considerar que

[...] suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política... o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade (FAUSTO, 1986, p. 86).

Nessa perspectiva, é impossível falar-se em revolução da burguesia industrial ou das classes médias ou a derrubada da oligarquia paulista pelos mineiros, uma vez que o Estado Varguista daria amplo proteção ao café. Para o autor, a compreensão do movimento de 1930 passa pelo entendimento da formação social do Brasil. Apoiando-se em autores como Andrew Gunder Frank e Caio Prado Júnior, Fausto analisa a sociedade brasileira em função da dinâmica capitalista internacional. A análise caminha no sentido oposto às teses do “feudalismo brasileiro” e, posteriormente, da oposição simplista entre burguesia urbana e latifúndio.

Conforme salienta o autor, inseridos numa lógica capitalista de dependência, a economia brasileira comportou-se dentro daqueles princípios e reproduziu no plano interno as relações de dependência econômica que o país mantinha com o exterior. Assim, era normal que uma região funcionasse como satélite de outra mais desenvolvida. As duas regiões ou setores em questão integravam um todo maior que eram as relações capitalistas e não se tratava, pois, de regiões “feudais” resistindo/obstaculizando o avanço capitalista.

Outro ponto explorado pelo autor é a formação da elite cafeeira. Conforme Fausto, apoiando-se em Celso Furtado (2000), diferentemente da elite canavieira, por exemplo, a burguesia do café controlava um amplo leque de negócios, abrangendo os setores produtores, comerciais e financeiros. No plano externo, a economia cafeeira também dispunha de uma razoável margem de manobra: exportava para os EUA, recebia empréstimos da Inglaterra, importava dos próprios ingleses e até de alemães. Tratava-se, pois, de uma relativa margem de manobra dentro de um sistema de dependência.

No plano político interno, a burguesia cafeeira detinha o poder fundamentalmente através do eixo São Paulo-Minas. A institucionalização do comando oligárquico deu-se em dois momentos principais conforme Fausto (1986). O primeiro foi na Constituição de 1891 quando se consagrou uma ampla autonomia estadual; o segundo foi a montagem da chamada Política dos Governadores de Campos Sales. Esta permitiu ao governo central evitar/administrar possíveis conflitos nos Estados “menores” e assim garantir a hegemonia conhecido por “café-com-leite”.

Sob esta hegemonia, não faltaram atritos. São conhecidas as lutas políticas que marcaram a Primeira República. Mas essas lutas, além de regionalizadas, não se configuraram como confronto de classes, e sim a disputa pelo poder local/regional e pelas preferências nas relações como o poder central.

A década de 1920 acusaria, entretanto, uma crise no sistema. Para Weffort (1989), os desequilíbrios davam-se no âmbito do Estado antes de se manifestar no plano econômico. Segundo esse autor, que identifica os movimentos de rebeldia como expressão das classes médias, a sociedade e economia tradicionais haviam gerado, pelo seu próprio desenvolvimento, novos setores sociais que, à margem das esferas políticas, lutavam, dentro do *status quo*, pela modernização da política, pela abertura do Estado às suas aspirações.

Por sua vez, Fausto (1986) argumenta que, ao longo de toda a década de 1920, a economia brasileira dava sinais de desequilíbrio. A política de controle da produção e manutenção dos preços do café encontrava limites na retração do comércio internacional (inclusive por causa do crescimento da concorrência de outros países produtores), na crescente oneração dos cofres públicos e na própria insustentabilidade de uma economia artificialmente mantida.

Apesar de criticarem a vulnerabilidade da economia nacional, as oposições oligárquicas e a oposição tenentista jamais apresentaram um projeto de estruturação econômica alternativo. É significativo que os próprios líderes da Aliança Liberal, como Getúlio Vargas e Antônio Carlos, esforçaram-se para rechaçar as acusações de “inimigos da cafeicultura” que lhes eram feitas durante a campanha política e insistiram na necessidade de manutenção da política de proteção ao café. Assim, vê-se que as oposições não consistiam numa ameaça à ordem geral do país. Normalmente, após as eleições, os derrotados recolhiam-se e, via de regra, aproximavam-se do vencedor (FAUSTO, 1986).

Todavia, o processo político-eleitoral de 1929-1930 deu-se em outras circunstâncias. Além de todo o quadro de instabilidade já descrito, a composição da Aliança Liberal derrotada nas

PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre a política do “café com leite” e ter uma visão crítica sobre o tema, ver estudos recentes que relativizam o poder do eixo São Paulo-Minas. Segundo Cláudia Maria Viscardi, a famosa aliança café-com-leite só existiu a partir do final da segunda década do século XX e, perpassada por conflitos e instabilidade, desapareceu antes de terminar o Governo Washington Luís. Assim, 1930 não significaria a ruptura de uma aliança poderosa que “há décadas governaria o Brasil”, mas sim mais um desentendimento entre os Estados mais fortes da federação, São Paulo/Minas e Rio Grande do Sul, só que em circunstâncias históricas distintas, propícias a uma solução armada, como, de fato, ocorreu. VISCARDI, Cláudia Maria. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. Para uma síntese mais clara e didática sobre as interpretações da revolução de 1930, ver FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almedia Neves (org.) O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 1.

urnas também contribuía para alterar a “normalidade.” Conforme Fausto, os “nomes ilustres” da Aliança não cogitavam alcançar o poder por outra via que não a institucional. Entretanto, os quadros jovens como Virgílio de Melo Franco, José Américo, Osvaldo Aranha e Batista Luzardo dispunham-se ao uso das armas se necessário fosse. Some-se a essa disposição a possível articulação com os tenentes já em luta aberta contra o regime dominante (FAUSTO, 1986).

A sucessão dos fatos no processo político 1929-1930 dentro deste quadro desaguiou no processo “revolucionário”. A proposição do nome de Júlio Prestes por Washington Luís, os desgastes da política financeira do governo federal encaminharam Minas Gerais para uma proposta alternativa, fazendo surgir a aliança Minas-Rio Grande do Sul-Paraíba.

No curso do processo eleitoral ocorre a crise internacional de 1929. No entendimento de Fausto, esta crise veio acentuar os problemas já existentes e não deve se exagerar seu papel na revolução. O autor aventa mesmo a possibilidade de ocorrência da Revolução independente da referida crise.

Em termos específicos, o *crash* de 1929 levou o Governo Washington Luís a abandonar a defesa do café com o intuito de manter um mínimo de estabilidade cambial e acelera o processo de deterioração da hegemonia do café. Era o fim da hegemonia da burguesia cafeeira, “[...] o desencontro entre a classe e seus representantes políticos” (FAUSTO, 1986, p. 98).

A derrubada de Washington Luís, como já foi dito, não levou ao poder uma nova classe e não trouxe alterações nas relações de produção, mesmo porque as oligarquias dissidentes não visavam a isso: Getúlio Vargas e seus aliados gaúchos descendiam de poderosos estancieiros; as lideranças mineiras, cujo nome principal era Antônio Carlos, presidente do Estado, também não representavam novos segmentos como classes médias e/ou burguesia industrial, até porque elas sequer existiam em Minas Gerais.

Do ponto de vista “prático” e logístico, a revolução coube, em boa medida, aos tenentes e às milícias estaduais dos Estados dissidentes. A cúpula do Exército só aderiu ao movimento quando seu resultado era não só previsível como inevitável.

Em síntese, a crise da hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares (FAUSTO, 1986, p. 103).

Não sendo uma revolução das classes médias e/ou da burguesia industrial e também não tendo levado ao poder uma nova classe ou fração de classe em condição de exclusividade, qual o Estado resultante do movimento de 1930? O “Estado de compromisso”, um período em que

[...] nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses do café porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum desses casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais (WEFFORT, 1989, p. 50).

O Estado de Compromisso é, então, um tipo temporário de Estado que surge da crise de hegemonia. Frente à fragilidade das diversas classes e frações de classe, o Estado se coloca acima delas, usufruindo de uma autonomia relativa. Mas sua autonomia se apoia precisamente nos compromissos. Consequentemente, esse Estado responde às demandas dos diversos segmentos, mas não se subordina exclusivamente a nenhum deles (WEFFORT, 1989).

O episódio de 1930 não significou exatamente a queda da oligarquia cafeeira e, portanto, a derrota de São Paulo frente ao bloco liderado por Minas Gerais. O compromisso significa, *per se*, limitação de poder e interdependência.

O “compromisso” se dá, para Fausto (1986), entre as frações da burguesia e as classes médias, agora mais fortalecidas, ficando à margem a classe operária. A análise deste autor para os primeiros anos do governo Vargas revelam um Estado progressivamente forte e autônomo e com diretrizes múltiplas como a proteção ao café e incentivos à diversificação econômica; tudo isso com o imprescindível aval do Exército, então homogeneizado.

1.5 Os estudos pós-Bóris Fausto

Edgard de Decca faz uma crítica muito incisiva às teses de Boris Fausto. Para ele, a ênfase colocada sobre 1930 é uma complexa operação que envolve disputas na política e na memória e não uma simples opção teórico-metodológica. (DE DECCA, 1994)

Diferentemente de Fausto, para quem o ponto crítico da história naquele período se deu em 1929-1930, para De Decca, o momento crucial da história teria se dado em 1928. Naquela ocasião, os conflitos de classes teriam sido explícitos, não exatamente o conflito entre o setor agrário e o urbano-industrial que as teses dualistas sustentavam, mas o conflito direto entre trabalhadores e capitalistas. A organização e crescimento do Bloco Operário Camponês (BOC) expressaria o fortalecimento político dos trabalhadores, aspecto que motivou a reação enérgica e violenta dos proprietários do capital que, no controle do aparelho de Estado, sufocaram o Bloco.

Além de derrotados na história, os trabalhadores, o BOC, sua história e suas lutas de fins da década de 1920 foram, segundo o autor, vencidos na memória. Em vez de colocar as lentes sobre os conflitos de 1928 quando não só a existência, mas os embates de classes eram evidentes, os vencedores de 1930, bem como a historiografia prevalecente, optaram por estudar o episódio de 1930 consagrando como o marco da história contemporânea do país.



◀ Figura 2: Cartaz do Bloco Operário e Camponês (BOC). Final dos anos 1920

Fonte: Disponível em: <http://solidariedade-socialista.wordpress.com/2011/02/01> Acesso: 26 jul. 2011

Para além do debate com Fausto, Vavy Pacheco Borges chama a atenção para uma mudança maior na historiografia como um todo em que os estudos sobre grandes processos históricos perdem prestígio frente a enfoque mais recortados quanto às fontes, ao objeto, ao tempo e ao espaço. Assim, o debate no qual se envolve Boris Fausto reflete um determinado tipo de história, preocupada com sínteses e abordagens mais globais, ao passo que os estudos hodiernos são mais interessados em questões mais específicas. A autora sintetiza essa mudança ao dizer que os estudos sobre o período passaram da "régua ao caleidoscópio" (BORGES, 2000, p. 181).

Referências

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 159-182.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

DE DECCA, Edgar. **1930: o silêncio dos vencidos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: História e historiografia**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 1.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do tenentismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.